



Despacho n.º 148/12/MEF

GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA,
AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Ministério das Finanças

Aprovação,
[Assinatura]

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS	
Entrada n.º	363 de 2004/12
Proc.	01.02.01 Dip. 1

Exmo. Senhor
Dr. Pedro Machado
Chefe do Gabinete de S. Exa.
Ministro de Estado e das Finanças

12.07.2012

VITOR GASPAR
Ministro de Estado e das Finanças

Sua referência:	Sua comunicação de:	Nossa referência:	Nossa comunicação de:
		129-OFC-DSPCG-2012	16-04-2012
ASSUNTO:	RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GPEARI DE 2011.		

Nos termos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, junto se remete, para aprovação e homologação, o Relatório de Atividades do GPEARI de 2011, o qual integra a autoavaliação do serviço.

Com os melhores cumprimentos,

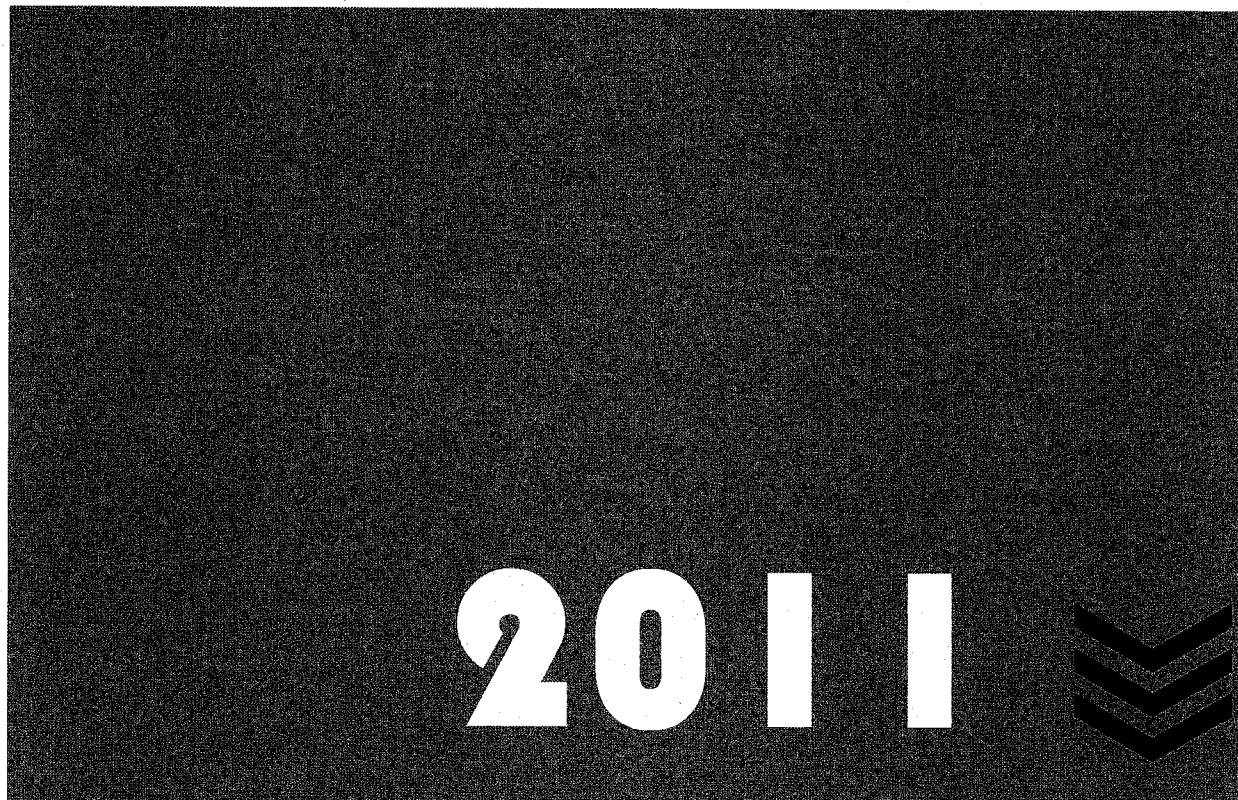
O Diretor-Geral

(Hélder Reis)

Para despacho
com Sr. MEF.

REMARKS

REMARKS



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

NOTA INTRODUTÓRIA | AUTOAVALIAÇÃO | EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES |

PERSPETIVA DE GÉNERO NO GPEARI | CONCLUSÕES PROSPETIVAS | ANEXOS

GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

16 DE ABRIL DE 2012

Ficha Técnica

Título

Relatório de Atividades do GPEARl - 2011

Data de finalização

16 de abril de 2012

Endereço

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Avª Infante D. Henrique nº1 – 1º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 218823396

Fax: +351 218823399

URL: <http://www.gpearl.min-financas.pt>

ÍNDICE

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL.....	3
I. O GPEARI	6
II. AUTOAVALIAÇÃO.....	9
II.1. QUAR 2011 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS	9
II.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2011	22
II.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO.....	22
II.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO	23
II.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	24
II.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2011	26
II.7. RECURSOS HUMANOS	32
II.8. RECURSOS FINANCEÍROS	34
II.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO	35
III. ANÁLISE DA PERSPETIVA DE GÉNERO NO GPEARI	36
IV. CONCLUSÕES PROSPETIVAS	38
ANEXOS	39
A1. LISTA DE ACRÓNIMOS.....	40
A2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	42
A3. QUADROS DO BALANÇO SOCIAL	43
A4. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2011 (EM EUROS).....	46

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

A conjuntura adversa que tem caracterizado a economia portuguesa nos últimos anos e que, entre outros, resultou na assinatura do Programa de Apoio Financeiro com o FMI, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (PAEF), veio exigir do GPEARI um reforço substancial do apoio à definição e conceção de políticas económicas e financeiras, ao acompanhamento da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes no controlo da política orçamental e à avaliação e monitorização das referidas políticas. Verificou-se, também, um aumento da participação ativa em inúmeras reuniões de carácter nacional e internacional, nas quais foi analisada e debatida a envolvente macroeconómica e orçamental.

A conjuntura europeia e a procura de soluções a nível comunitário para fazer face à incerteza gerada a nível europeu conduziram, também, ao aumento do conjunto de solicitações no âmbito das políticas europeias, em especial no que se refere à participação e preparação de reuniões e à participação num vasto conjunto de comités e grupos de trabalho a nível nacional, comunitário e internacional.

Neste âmbito há a destacar, os trabalhos desenvolvidos durante todo ao ano de 2011 a nível da União Europeia e onde o GPEARI esteve profundamente envolvido, relativos ao reforço da coordenação das políticas económicas na União Europeia e na área do euro, os quais conduziram à aprovação de um pacote legislativo que visa reforçar o Pacto de Estabilidade e Crescimento e os enquadramentos orçamentais nacionais, bem como a supervisão e correção de desequilíbrios macroeconómicos.

Ainda neste domínio, o GPEARI conduziu igualmente, em representação do Ministério das Finanças, as negociações relativas ao estabelecimento de um novo Tratado – Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação da União Económica e Monetária, que visa aumentar a responsabilização dos estados-membros pela condução da sua política orçamental de forma consistente com as regras da UE e onde os estados-membros se comprometem a intensificar a sustentabilidade das finanças públicas e, deste modo, a reforçar a confiança, quer dos agentes económicos, quer dos mercados financeiros.

O GPEARI conduziu ainda as negociações relativas a duas iniciativas da Comissão Europeia que consistem em nova legislação que visa: i) estabelecer disposições comuns para a monitorização e supervisão dos planos orçamentais dos estados-membros da área do euro, com especial atenção aos que estão em procedimento por défice excessivo e ii) o reforço da supervisão económica e orçamental dos países em programas de assistência ou em dificuldades no que respeita à sua estabilidade financeira.

No que se refere à relação institucional do Estado Português com o Banco Europeu de Investimento (BEI), há a salientar a nomeação da Diretora-Geral do GPEARI como Coordenadora da Comissão de Coordenação e Supervisão do Empréstimo-Quadro contratado entre o BEI e a República Portuguesa para apoio ao financiamento de operações aprovadas para cofinanciamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Esta Comissão aprovou em 2011 a afetação de 80% da primeira tranche do referido empréstimo, no montante de 360 mil milhões de euros.

Não obstante o atual contexto económico e financeiro, que marcou a atividade do Gabinete, é importante destacar o grande dinamismo da participação do GPEARI a nível das relações internacionais, nomeadamente no acompanhamento, quer da vertente das instituições financeiras internacionais (IFI) vocacionadas para o desenvolvimento, quer a nível das relações bilaterais com os principais parceiros da cooperação portuguesa.

Merece especial destaque a organização, por Portugal, das Assembleias Anuais dos Conselhos de Governadores do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, subordinadas ao tema “Crescimento Inclusivo em África”. De facto, a realização em Lisboa destas Assembleias traduz-se num marco histórico para o Banco, na medida em que é a segunda vez que se realizam na Europa, mas também para Portugal, na medida em que alavanca a sua afirmação como plataforma de diálogo e de negócios para África, e, também, como “ponte” entre a Europa e aquele continente. Este evento exigiu um contributo significativo do GPEARI, nomeadamente na preparação da Presidência dos Conselhos de Governadores pelo Ministro de Estado e das Finanças, além do apoio ao Banco numa vasta panóplia de iniciativas.

Esta foi, de igual forma, uma oportunidade única para a dinamização das oportunidades de negócio em países africanos, em particular para a comunidade empresarial portuguesa. A maximização das oportunidades de negócio resultantes da participação de Portugal na generalidade das IFI é, aliás, um dos objetivos deste Gabinete, tendo sido inclusivamente o motivo para a criação do Mecanismo de Acompanhamento para o Mercado das Multilaterais Financeiras, em 2009. Em 2011, para além da habitual divulgação de oportunidades de negócio e de projetos no mercado das multilaterais, fortaleceu-se este Mecanismo, não só pelo seu alargamento a outros parceiros como também pela concretização de iniciativas que permitiram, de forma mais eficaz e sistemática, responder às necessidades dos agentes económicos nacionais (a título de exemplo, refira-se a realização de diversas missões empresariais, seminários de oportunidades de negócio, bem como o apoio a uma maior articulação entre as IFI e as empresas).

Ainda no âmbito das relações internacionais, será igualmente de destacar o envolvimento activo do GPEARI na preparação da participação de Portugal na II Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, bem como na I Cimeira Luso-Moçambicana, iniciativas dinamizadoras do relacionamento com os principais parceiros da cooperação portuguesa.

A concretização da II Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, na qual foram discutidas “A consolidação da estabilidade financeira e a recuperação económica no período pós-crise” e “Os Acordos de dupla tributação no seio da Comunidade”, veio confirmar a intensão de aprofundamento da cooperação económica e financeira entre os Estados-membros da Comunidade, a qual, por sua vez, contribuirá para reforçar a componente política da Organização.

De igual modo, na I Cimeira Luso-Moçambicana, além de se constatar a expressividade das relações económicas e o crescimento e robustez das trocas comerciais entre Portugal e Moçambique, foi reafirmada a vontade de reforçar o diálogo e cooperação alargada para a projecção de uma parceria estratégica efetiva entre os dois países, fundamental para a concretização de projetos de interesse comum.

No âmbito da avaliação do desempenho dos serviços, e no contexto das atribuições ao GPEARI nesta matéria, foi iniciada uma reflexão sobre a aplicação do SIADAP 1 ao longo dos últimos três anos, a qual ficará concluída em 2012.

No contexto de sucessivo aumento das solicitações dirigidas ao GPEARI, associado à manutenção constante do número de colaboradores, tem exigido um esforço adicional por parte dos recursos humanos afectos ao GPEARI, sem o qual o cumprimento dos objectivos essenciais teria sido posto em causa. Deste modo, cumpre-nos, para concluir, reconhecer e agradecer o elevado sentido de responsabilidade e dedicação por parte dos colaboradores do GPEARI ao longo do exigente ano de 2011. A todos o muito obrigado.

O Diretor-Geral



Helder Reis

I. O GPEARI

MISSÃO

Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

VISÃO

- Ser reconhecido como um ator de referência na criação de conhecimento para suporte à tomada de decisão;
- Servir com inegável competência os interesses do Ministério das Finanças;
- Ser um centro de excelência e de valorização de todos os colaboradores.

VALORES

- Criatividade e partilha do saber:
Promovendo a inovação e a capacidade técnica, criando condições para o sucesso do GPEARI.
- Excelência e profissionalismo:
Adotando uma cultura de autocrítica permanente, premiando e incentivando a competência e as boas práticas.
- Rigor e Integridade:
Garantindo a qualidade e a base científica da informação produzida e divulgada.
- Responsabilidade e sentido de dever:
Definindo como prioridade a promoção da imagem e dos interesses de Portugal.

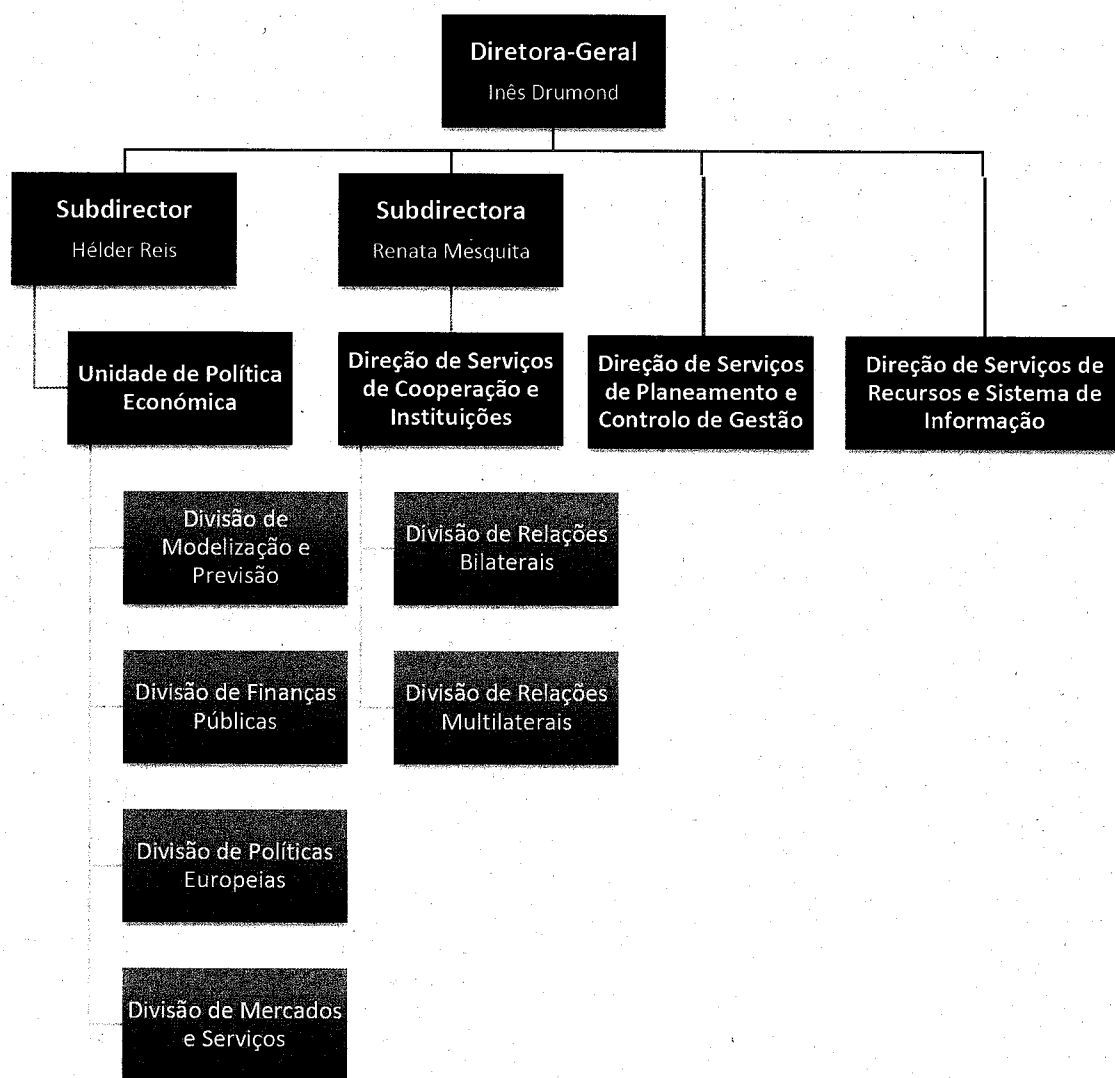
ATRIBUIÇÕES

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objectivos do Ministério e contribuir para a concepção e execução da política legislativa do Ministério;

- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Assegurar a elaboração das Grandes Opções do Plano, no quadro da coordenação atribuída ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Avaliação da Presidência do Conselho de Ministros e em articulação com os departamentos competentes dos demais ministérios, em particular com o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, nas áreas de intervenção do Ministério;
- Coordenar a atividade do Ministério no âmbito das relações bilaterais, europeias e multilaterais;
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação de serviços no âmbito do Ministério, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria.

ESTRUTURA ORGÂNICA

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI 2011



II. AUTOAVALIAÇÃO

II.1. QUAR 2011 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

Tendo por base os objectivos estratégicos que nortearam a actividade do GPEARl em 2011, evidenciados no QUAR, apresentam-se os resultados alcançados e os desvios verificados.

QUAR 2011									
Ministério das Finanças e da Administração Pública									
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais									
Objectivos Operacionais									
EFICÁCIA									50%
INDICADORES	2009	2010 E	META 2011	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
O1. Reforçar o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objectivos do MFAP									40%
Ind 1. Nº de documentos técnicos sobre novas temáticas	14	19	20	2	25	50%	26	130%	Superou
Ind 2. Nº de documentos técnicos de suporte ao acompanhamento regular das políticas e representação institucional do MFAP	317	400	450	30	550	50%	544	124%	Superou
O2. Promover a partilha de informação e conhecimento									25%
Ind 3. Nº de respostas a pedidos de informação externos (excluindo a equipa política do MFAP) e edições de periódicos	-	957	1300	100	1600	50%	1295,00	100%	Atingiu
Ind 4. Nº de apresentações e eventos de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP	4	18	15	2	30	50%	14,00	100%	Atingiu
O3. Aumentar a eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e da participação financeira nas Instituições Financeiras Internacionais									35%
Ind 5. Grau de execução médio dos PICAT	55%	49%	37,5%	2,5%	45%	50%	61%	178%	Superou
Ind 6. Número de iniciativas multilaterais que promovam a interligação com os países prioritários da cooperação portuguesa e um maior grau de internacionalização da economia nacional	24	24	32	0	35	50%	33	108%	Superou
EFICIÊNCIA									25%
O4. Responder a "Tempo e Horas"									50%
Ind 7. Percentagem de respostas e acções concluídas dentro do	95,2%	96,1%	97%	1%	100%	100%	99%	114%	Superou
O5. Reforçar a formação dos colaboradores									50%
Ind 8. Nº de colaboradores abrangidos por acções de formação no período 2011-2013 (meta anual)	-	-	25	2	45	100%	23	100%	Atingiu
QUALIDADE									25%
O6. Promover a qualidade do serviço prestado									100%
Ind 9. Nível de satisfação dos utilizadores (escala 1 a 5)	4	4,3	4,2	0,25	5	50%	3,95	100%	Atingiu
Ind 10. Relevância dos resultados da actividade do GPEARl, em pontos (1 ponto por cada resultado relevante e 2 por cada resultado excelente)	1	2	3	1	10	50%	2	100%	Atingiu

Recursos Humanos				
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior	20	652	674	22
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	2185	1503	-683
Técnico Superior	12	8130	5310	-2821
Coordenador Técnico	9	434	434	0
Informáticos	9	647	617	-31
Assistente Técnico	8	432	398	-34
Assistente Operacional	5	220	202	-19
Total		12700	9136	-3565

Nº de efectivos no Organismo	Dez.09	Dez.10 E	Dez.11 Planeado	Realizados
Nº de efectivos a exercer funções no GPEARI	44	44	55	41

Recursos Financeiros (Euros)			
DESIGNAÇÃO	PLANEADO	REALIZADO	SALDO
Orçamento de funcionamento	3 651 349	2 580 405	1 070 944
Despesas c/Pessoal	2 848 148	2 024 609	823 539
Aquisições de Bens e Serviços	684 143	518 266	165 877
Outras despesas correntes	119058	37530	81 528
Despesas de capital	0	0	
PIDDAC	44 510		44 510
Outros valores	2 600 000	1 079 444	1 520 556
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	6 295 859	3 659 849	2 636 010

EFICÁCIA

01. REFORÇAR O APOIO TÉCNICO À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS, PRIORIDADES E OBJETIVOS DO MF						PLANEADO	EXECUTADO
						40%	51%
INDICADORES	2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND. 1 Nº de documentos técnicos sobre novas temáticas	19	[18;22]	50%	25	26	130% Superou	

Neste indicador estão incluídos documentos técnicos de carácter analítico sobre novas temáticas, quer os que são objeto de publicação na forma de artigos, quer aqueles que não sendo objeto de publicação são elaborados no sentido de apoiar os decisores de política económica do MF. De entre os 26 documentos elaborados destacam-se os seguintes:

- Coordenação do relatório relativo à desvalorização fiscal;
- Documento de Estratégia Orçamental;
- Projeções da Despesa em Pensões;
- A Evolução da Balança de Serviços em Portugal;
- Requisitos de Capital para o Sector Bancário;
- Pacto Euro +

- Reforço da coordenação da política orçamental a nível europeu;
- O Acordo de Associação UE-Mercosul no contexto da nova Política Comercial da UE;
- "Fundo Europeu de Investimento - Atividade na União Europeia e em Portugal";
- O papel das infraestruturas no desenvolvimento do continente africano;
- Retorno para a economia portuguesa da participação nas Instituições Financeiras Internacionais - considerações metodológicas e conceituais sobre o cálculo do rácio do retorno;
- PICATFin: breve resenha e perspetivação futura;
- A reforma de governação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;
- Revisão da matriz excelência, no âmbito da avaliação dos serviços públicos;
- Avaliação da Qualidade dos Serviços Públicos - a experiência espanhola;
- A Avaliação de Desempenho das Entidades Públicas no Brasil.

INDICADORES		2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2.	Nº de documentos técnicos de suporte ao acompanhamento regular das políticas e representação institucional do MFAP	400	[420;480]	50%	550	544	124% Superou

Este indicador pretende refletir o acompanhamento e avaliação, por parte do GPEARI, das políticas do MF, abrangendo trabalhos de carácter regular, bem como a resposta a quaisquer pedidos de informação externos que envolvam a elaboração de documentos técnicos. Destacamos, em 2011:

- Coordenação e participação na elaboração de documentos de política económica, tais como, o Programa de Estabilidade e Crescimento, o Documento de Estratégia Orçamental, o Relatório da proposta de lei do Orçamento do Estado, o Relatório de Orientação da Política Orçamental;
- Elaboração de contributos para a Conta Geral do Estado e para o Balanço da Participação de Portugal na União Europeia;
- Elaboração de relatórios analíticos e de síntese relativos ao acompanhamento da evolução da conjuntura económica e financeira nacional e internacional;
- Análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;

- Apoio técnico à preparação das reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (CEF), Comité de Política Económica (CPE) e Conselho Europeu;
- Apoio técnico e participação em Subcomités do CEF e em Grupos de Trabalho do CPE;
- Apoio técnico e participação em vários Comités e Grupos de Trabalho a nível do Conselho, da Comissão Europeia, da OCDE e da OMC;
- Trabalhos técnicos e participação em reuniões no âmbito do Mercado Interno Europeu, Política Legislativa Europeia e Política Externa Europeia;
- Avaliação do desempenho dos serviços do MF e trabalhos no âmbito da coordenação do Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços;
- Apoio técnico à tutela no âmbito da participação de Portugal nas Instituições Financeiras Internacionais, na CPLP, em Cimeiras e Encontros Bilaterais, sendo de destacar:
 - Organização, em Lisboa, da Assembleia Anual dos Conselhos de Governadores do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento;
 - Apoio à participação do Ministério das Finanças nas Reuniões Anuais do Conselho de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional, da Ministerial FEMIP (Facilidade do BEI para o Mediterrâneo) e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
 - Apoio técnico e participação em vários Grupos de Trabalho, Comités (Grupo de trabalho para a Plataforma de Cooperação e Desenvolvimento da UE, Comité da Facilidade de Investimento para os Países ACP, Comité Executivo do Fundo Fiduciário para as Infraestruturas, Comités Estratégico e Operacional da Facilidade de Investimento para a Vizinhança, Assembleia de Doadores do Trust Fund FEMIP e Comité FEMIP).
 - Reforço do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras, tendo em vista a dinamização da participação dos agentes nacionais nos mercados dos países em desenvolvimento e com economias em transição;

- Gestão e acompanhamento dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas com os Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Participação na II Reunião de Ministros das Finanças da CPLP em Luanda;
- Participação do Ministério das Finanças na I Cimeira Luso-Moçambicana;
- Participação na Unidade de Acompanhamento Macroeconómico e na Comissão do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde;
- Participação na Unidade de Acompanhamento Macroeconómico e na Comissão do Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe.

Para o resultado deste indicador contribuiu o aumento de solicitações dos gabinetes ministeriais e de reuniões nacionais e internacionais, em especial no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira assinado entre as autoridades portuguesas, a CE e o FMI em maio de 2011.

02. PROMOVER A PARTILHA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO						PLANEADO	EXECUTADO
						25%	25%
INDICADORES	2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND. 3 Nº de respostas a pedidos de informação externos (excluindo a equipa política do MFAP) e edições de periódicos	957	[1200;1400]	50%	1600	1295	100% Atingiu	

Este indicador engloba:

1. Todos os pedidos de informação provenientes dos restantes organismos do MF (excluindo a equipa política do MF), dos cidadãos e de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais: organismos de outros ministérios, embaixadas de países da U.E. em Portugal, INE, BP, CMVM, ISP, jornais, Comissão Europeia, FMI, BCE, OCDE, Agências rating e Instituições Financeiras Internacionais (BEI, CEB, BM, BID, BAfD, BAfD, BERD, FIDA, GEF, ITF, FCPB, CAF).

Estão também incluídos pedidos na área da avaliação do desempenho dos serviços e igualdade de género.

2. A edição dos seguintes periódicos:

- Boletim Mensal de Economia Portuguesa
- Síntese diária dos indicadores de conjuntura
- Dossier de Indicadores de conjuntura
- Previsões para a Economia Portuguesa
- Dossier de Finanças Públicas - Portugal
- Dossier de Finanças Públicas - Comparações internacionais
- Newsletter da área internacional

INDICADORES		2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.	Nº de apresentações e eventos de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MF	18	[13;17]	50%	30	14	100% Atingiu

Este indicador mede o número de participações dos colaboradores do GPEARI enquanto oradores em eventos organizados por terceiros e o número de apresentações e eventos elaborados pelo GPEARI de modo a promover o debate de temas relevantes no âmbito o MF.

Em 2011, concretizaram-se as seguintes 14 iniciativas:

- 1) Apresentação sobre “O mercado das multilaterais financeiras” no âmbito do Encontro Anual Pontos de Rede da AICEP, na sede da AICEP em Lisboa (DSCI, Janeiro);
- 2) Apresentação do “Plano de Atividades do GPEARI 2012” (DSPCG, Fevereiro);
- 3) Seminário sobre “Mobilidade Internacional – Desafios à Gestão de Recursos Humanos”, no Estoril (DSCI, Março);
- 4) Apresentações do “Plano para a Igualdade de Género do MFAP” na CIG e no MF (DSPCG, Março);
- 5) Seminário sobre “A promoção da ICSID como instrumento de arbitragem ao serviço das empresas portuguesas” na Associação do Comércio (DSCI, Abril);
- 6) Apresentação “Boa Governação e Finanças Públicas em África – A experiência em Moçambique” no âmbito da iniciativa Os Dias do Desenvolvimento, no ISCSP em Lisboa (DSPCG, Maio);
- 7) Conferência “E Agora Portugal” no âmbito do Ciclo de conferências do INA (DG, Junho);

- 8) Apresentação sobre "Multilaterais Financeiras" na sede da Caixa Geral de Depósitos (DSCI, Junho);
- 9) Workshop "Fiscal Risks" do FMI (DG, Julho);
- 10) Apresentação sobre "Multilaterais" à EnergyIn (DSCI, Outubro);
- 11) Apresentação "Multilaterais" no âmbito da iniciativa "Portugal Exportador" (DSCI, Novembro);
- 12) Apresentação no CPE sobre "*Peer review of National Fiscal Frameworks – Portugal*" (UPE, Maio);
- 13) Apresentação no CPE sobre "*Peer review of National Fiscal Frameworks – The Swedish fiscal framework*" (UPE, Novembro).

03. AUMENTAR A EFICÁCIA DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO E DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS						PLANEADO	EXECUTADO
						35%	50%
INDICADORES	2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND. 5 Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	49%	[35%;40%]	50%	45%	61%	178% Superou	

A taxa média de execução das ações previstas nos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica para 2011 situou-se em 61% (Quadro 3).

Quadro 3. Taxa de execução dos programas integrados de cooperação e assistência técnica

	META	REALIZADO
PICATFin Cabo Verde	-	29,3%
PICATFin S. Tomé e Príncipe	-	59,5%
PICATfin Guiné-Bissau	-	37,5%
PICATFin Angola	-	55,6%
PICATFin Moçambique	-	45,2%
PICAT Aduaneiro-CPLP	-	100,0%
PICAT IGF-CPLP	-	100,0%
TOTAL	[30%;36%]	61,0%

Não obstante os condicionalismos orçamentais enfrentados em 2011, bem como a crescente falta de disponibilidade de peritos de diversos organismos do MF para a execução das ações, foi possível alcançar uma taxa de execução média de 61%, superior à inicialmente projetada.

Ao nível dos vários PICATFin, foi feito um esforço no sentido de ultrapassar os condicionalismos atrás referidos através da realização de ações em simultâneo. Sem negligenciar os objetivos a alcançar, em situações pontuais foi possível concretizar várias ações em paralelo, o que permitiu alcançar taxas de execução superiores às inicialmente previstas.

Tal situação fica, ainda, a dever-se à concretização de 100% das ações previstas no âmbito dos PICAT Aduaneiro e Inspeção, os quais, por obedecerem a um calendário e a uma lista de participantes pré-definidos, não foram tão afetados pelos problemas de disponibilidade dos peritos.

INDICADORES		2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND. 6	Nº iniciativas multilaterais que promovam a interligação com os países prioritários da cooperação portuguesa e um maior grau de internacionalização da economia nacional	24	[32]	50%	35	33	108% Superou

Em 2011, este indicador foi superado, tendo sido realizadas 33 iniciativas:

▪ **Seminários de Oportunidade de Negócio (8):**

- Programa de reuniões bilaterais entre a Sociedade Financeira Internacional e o sector privado português;
- Seminário sobre *Procurement* das Nações Unidas;
- Seminário de Oportunidade de Negócio do Banco Asiático de Desenvolvimento e *Outreach Mission* junto do sector privado;
- Seminário de Oportunidades de Negócio do BAfD à margem da Assembleia Anual dos Conselhos de Governadores do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento;
- Coorganização do Fórum Empresarial no âmbito da Assembleia Anual do BAfD em Lisboa;

- Seminário sobre o Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas - oportunidades de negócio para as empresas portuguesas;
- Divulgação em massa a empresas de oportunidades de negócio sobre mercado multilaterais;
- Seminário de Programas de Cooperação Externa da UE.
- **Representação institucional (3):**
 - Colocação do gestor do PICATFin Moçambique;
 - Colocação do Conselheiro português no Conselho de Administração BAsD;
 - Substituição do Administrador português no BERD.
- **Reuniões e apresentações (6):**
 - Participação no Seminário ABC Timor Leste;
 - Colaboração na organização da Assembleia Anual dos Conselhos de Governadores do Grupo BAfD e apoio à preparação da presidência portuguesa dos Conselhos de Governadores;
 - Seminário "O apoio ao processo de boa governação e de reforço das capacidades nos PALOP e Timor-Leste" no âmbito da iniciativa Os Dias do Desenvolvimento;
 - Coorganização do African Economic Outlook de 2011 no âmbito da Assembleia Anual do BAfD em Lisboa;
 - Reuniões da Comissão de Acompanhamento do MAMMF (2);
- **Missões Empresariais (7):**
 - Missão das Aguas de Portugal ao BAsD;
 - Missão empresarial ao BERD;
 - Missão da SFI a Portugal - Outreach mission em infraestruturas;

- Missão SFI a PT - Outreach mission sector agro-alimentar;
- Missão empresarial ao Banco Mundial/SFI e ao BID em Washington (2);
- Colômbia - sessões de apresentação por parte do BID e CAF no programa da missão.
- Outras (9):
 - Visita do SENE e de empresários portugueses ao Senegal - encontros nos escritórios locais do BAfD, do BM e do BEI;
 - Contribuição para o lançamento da homepage da AICEP Multilaterais ;
 - Assinatura de Protocolo de colaboração institucional GPEARI-SOFID;
 - Assinatura da Adenda PICATFin AO;
 - Aumento do número de entidades parceiras do MAMMF;
 - Reforço do Trust Fund do BERD;
 - Reforço do Trust Fund do BAfD;
 - Elaboração de novos modelos de fichas institucionais de acompanhamento IFIs;
 - Desenvolvimento do processo tendente à adesão de Portugal à African Legal Support Facility (ALSF).

EFICIÊNCIA

O4. RESPONDER A "TEMPO E HORAS"

PLANEADO	EXECUTADO
50%	57%

INDICADORES	2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND. 7 Percentagem de respostas e acções concluídas dentro do prazo	96,1%	[96%;98%]	100%	100%	99%	114% Superou

Em 2011, a percentagem de respostas concluídas dentro de prazo foi de 98,6%, tal como detalhado no Quadro 4.

Quadro 4. Grau de cumprimento dos prazos de resposta (%)

UNIDADE ORGÂNICA	2008	2009	2010	2011
UPE	96,6%	98,3%	99,3%	99,5%
DSCI	86,4%	99,1%	98,9%	99,1%
DSPCG	99,2%	99,1%	98,1%	100,0%
DSRSI	70,0%	86,0%	93,1%	96,8%
MÉDIA DO GPEARARI	91,1%	95,2%	96,3%	98,6%

Nota: pedidos respondidos e ações desenvolvidas dentro do prazo estabelecido / total de pedidos e ações desenvolvidas × 100

De assinalar que, apesar do número de solicitações não previsíveis às quais o GPEARARI teve de responder no início do ano, foi possível melhorar o grau de cumprimento dos prazos de resposta, em termos médios.

O5. REFORÇAR A FORMAÇÃO DOS COLABORADORES						PLANEADO	EXECUTADO
						50%	50%
INDICADORES	2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND. 8 Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013	-	[23;27]	100%	45	23	100% Atingiu	

Os colaboradores que frequentaram ações de formação em 2011 distribuem-se pelas seguintes unidades orgânicas:

UNIDADE ORGÂNICA	Nº DE COLABORADORES	% DE COLABORADORES
UPE	15	75%
DSCI	3	25%
DSPCG	3	60%
DSRSI	2	15%
TOTAL DO GPEARARI	23	43%

Nota: nº de colaboradores que frequentaram ações de formação / total de colaboradores de cada área do GPEARARI em 2011.

Foram frequentadas um total de 13 ações de formação essencialmente no âmbito das finanças públicas, econometria, assuntos jurídicos, igualdade de género e língua inglesa.

QUALIDADE

06. PROMOVER A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO						PLANEADO	EXECUTADO
						100%	100%
INDICADORES	2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND. 9 Nível de satisfação dos utilizadores (escala 1 a 5)	3,9	[3,9;4,4]	50%	5	3,95	100% Atingiu	

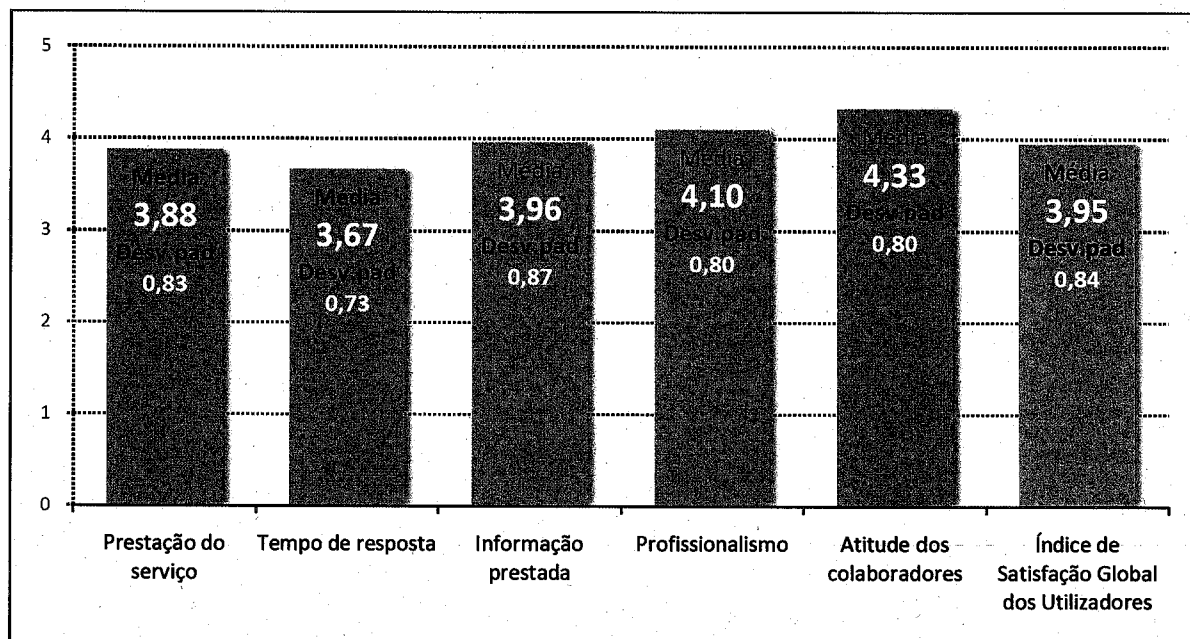
O GPEARI tem como objetivo último garantir a qualidade e fiabilidade da informação prestada a todos os seus utilizadores. Assim, à semelhança de anos anteriores, foi lançado um questionário para aferir o grau de satisfação dos utilizadores com o serviço prestado.

O questionário, lançado para aferir a satisfação dos utilizadores relativamente ao ano de 2011, sofreu algumas alterações de conteúdo, passando a ter 15 questões e a abranger os seguintes aspetos: (i) Prestação do serviço, incluindo a avaliação do desempenho global do GPEARI; (ii) Tempo de resposta; (iii) Informação prestada, nomeadamente a sua relevância, abrangência e credibilidade; (iv) Profissionalismo; (v) Atitude dos utilizadores.

Foram enviados 347 questionários para os quais, entre 10 e 24 de janeiro de 2012, foram obtidas 48 respostas válidas, correspondendo a uma taxa de respostas de 13,8%.

A satisfação média global dos utilizadores do GPEARI com os serviços prestados em 2011 foi de 3,95, atingindo a meta [3,9;4,4] estabelecida no QUAR 2011. Face a anos anteriores, verifica-se uma evolução positiva nos resultados globais e, como a classificação média se aproxima de quatro, considera-se que o nível de satisfação dos utilizadores é *Bom*.

Satisfação média global dos Utilizadores



De um modo geral a satisfação dos utilizadores com os serviços prestados pelo Gabinete foi bastante positiva, apresentando valores médios de satisfação elevados em todos os parâmetros analisados.

A dimensão cuja classificação foi mais baixa, ainda que acima do valor intermédio da escala, refere-se ao *Tempo de resposta*, com 3,67 de satisfação média. As dimensões com índices de satisfação mais elevados são o *Profissionalismo* (4,10) e a *Atitude dos colaboradores* (4,33).

O item com grau de satisfação mais elevado foi a *Cortesia dos colaboradores* (4,48) e o item mais insatisfatório foi a *Espera inicial até primeiro ponto de situação* (3,36).

INDICADORES		2010	META 2011	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2011	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 10.	Relevância dos resultados da actividade do GPEARI, em pontos (1 ponto por cada resultado relevante e 2 por cada resultado excelente)	2	[2;4]	50%	10	2	100% Atingiu

Este indicador pretende captar a qualidade do serviço prestado pelo GPEARI através do reconhecimento, por parte de agentes externos, do papel do Gabinete no desempenho das suas atribuições.

Em 2011, registaram-se dois resultados relevantes:

- Menção positiva do FMI sobre o papel do GPEARI nas previsões macroeconómicas;
- Reconhecimento pelo Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento do papel do GPEARI na preparação das reuniões anuais do Banco, em Lisboa.

II.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2011

Em 2001, a atividade do GPEARI foi fortemente condicionada pela conjuntura económica nacional e europeia bem como as alterações da equipa política do Ministério das Finanças

A situação económica portuguesa e a participação na elaboração do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), bem como as consequentes missões de apoio técnico e de avaliação desenvolvidas regularmente pela Troika traduziram-se num adicional de tarefas que condicionaram a realização das actividades inicialmente programadas. Este envolvimento exigiu um esforço adicional não esperado, o qual, num contexto de manutenção dos recursos humanos, levou à reafecção de prioridades.

No âmbito do PAEF, o GPEARI é responsável pelo desenvolvimento de projecções do cenário macroeconómico, bem da conta das Administrações Públicas e discussão técnica dos pressupostos subjacentes a estas previsões. Este compromisso implica a participação nas reuniões trimestrais de avaliação do programa bem como a resposta a um extenso conjunto de pedidos de informação adicionais.

No final do ano, o GPEARI foi ainda envolvido na elaboração do Programa de Ajustamento da Região Autónoma da Madeira.

II.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

O GPEARI introduziu, pela primeira vez, a avaliação de desempenho 360º, no que se refere a 2011. Este exercício teve como objetivo contribuir para a melhoria do desempenho da direção superior e intermédia, através da obtenção de feedback por parte de superiores, pares e subordinados, em particular no que se refere às competências e comportamentos de liderança demonstrados.

A receptividade a esta iniciativa foi relevante, traduzindo-se numa taxa de resposta global aos questionários de 71%.

A avaliação global do desempenho dos dirigentes do GPEARI foi positiva, sendo que nenhum dirigente teve uma avaliação inferior a "Bom".

II.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

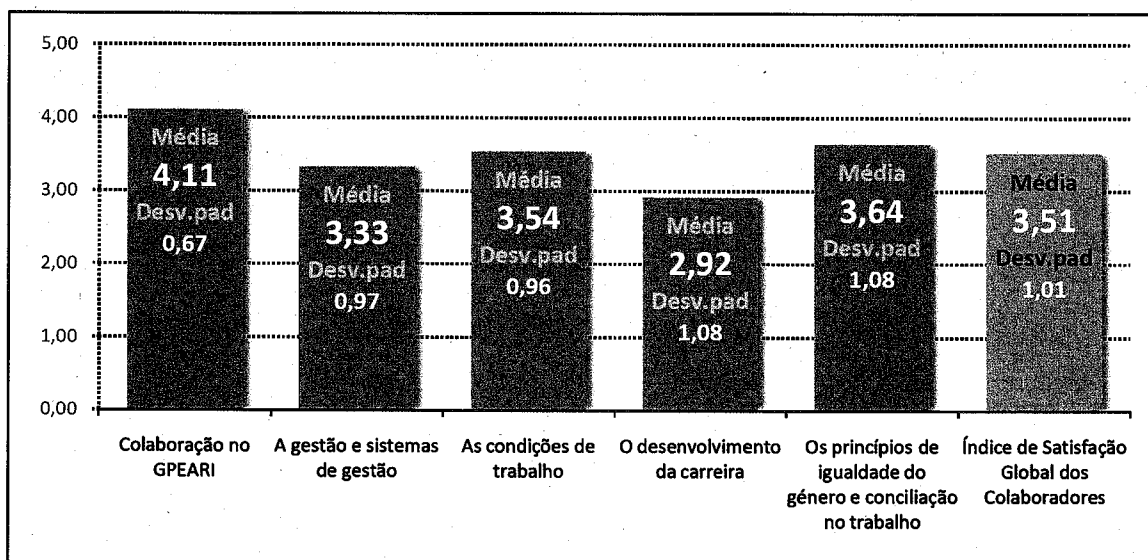
Foi lançado, à semelhança de anos anteriores, um questionário para aferir o grau de satisfação dos colaboradores, que elenca um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percebem a organização.

Em 2011, o conteúdo do questionário foi melhorado face ao do ano passado, garantindo uma maior adesão na avaliação que os colaboradores fazem da organização. O instrumento de inquirição conta com 32 questões que abrangem cinco dimensões: (i) Colaboração no GPEARI; (ii) A gestão e sistemas de gestão; (iii) As condições de trabalho; (iv) O desenvolvimento da carreira; (v) Os princípios de igualdade do género e conciliação no trabalho.

A audição foi realizada entre 4 e 24 de janeiro de 2012, tendo sido enviados 38 questionários e submetidas 15 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 39,5%. Foi dado conhecimento prévio sobre a autoavaliação do serviço aos dirigentes intermédios e demais trabalhadores.

A satisfação média global dos colaboradores do GPEARI foi de **3,51**, apresentando por isso um nível de satisfação entre o *Satisfatório* e o *Bom*, ressalvando que se denotou um aumento da satisfação dos colaboradores face aos anos anteriores.

Satisfação média global dos Colaboradores



A *Colaboração no GPEARl* é a dimensão com um nível de satisfação mais elevado, estando classificado com *Bom* com 4,11 de média. Pelo contrário, os fatores associados ao *Desenvolvimento na carreira* são os que apontam para um grau de satisfação menor (2,92, em média). Os restantes domínios apontam para índices de satisfação entre o Satisfatório e o Bom, com destaque para as *Condições de trabalho* e para os *Princípios de igualdade de género e conciliação do trabalho*.

O item com maior satisfação média refere-se à Equipa onde está inserido/a (4,47) e os itens com menor grau de satisfação foram os fatores associados às condições de trabalho e ao desenvolvimento da carreira, com destaque para o baixo grau de satisfação com as ações de formação realizadas até ao presente (2,27).

II.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Em 2011, e de acordo com a informação constante no anexo A3, o sistema de controlo interno vigente no GPEARl caracterizava-se pelos seguintes aspetos:

Ambiente de controlo:

- Na sequência da formação recebida no Instituto de Informática em junho de 2011, iniciou-se a migração de dados do sistema SRH para o sistema GeRHup (Gestão de Recursos Humanos da Administração Pública Partilhada), sendo que os dois sistemas se mantiveram em paralelo. A referida migração de dados, desde então, tem tido um acompanhamento semanal por parte da empresa pública GeRAP – Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração, tendo sido o processo assegurado por três técnicas superiores do GPEARl. Está previsto a entrada em produção do processamento de vencimentos para Junho de 2012.

Estrutura organizacional:

- A totalidade dos colaboradores, dirigentes intermédios e demais trabalhadores, foi avaliada ao abrigo do SIADAP 2 e 3, respetivamente.
- Cerca de 43% dos colaboradores frequentaram, pelo menos, uma ação de formação.

Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço:

- A ação de maior impacto implementada no ano 2011, consistiu na migração de dados do sistema GeRHup conforme acima descrito, o qual exigiu a participação permanente e intensa de três dos onze colaboradores da DSRSI.
- O contínuo alargamento do sistema de *Helpdesk* da DSRSI para as áreas de gestão de *stocks/economato*, um processo em desenvolvimento, tem vindo a permitir melhorias ao nível do controlo de tempos e qualidade de respostas e de afetação de custos.

Fiabilidade dos sistemas de informação:

- Os sistemas de informação do GPEARI encontram-se devidamente salvaguardados, uma vez que a infraestrutura e segurança da rede, os *backup*, a réplica da informação e os softwares de base são assegurados e controlados pelo IIMFAP. A integridade dos dados de rede dos colaboradores do GPEARI é, por sua vez, garantida através do *backup* feito pelo *Data Center* do GPEARI.

II.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2011

A taxa de execução do Plano de Atividades 2011 do GPEARI foi de 94%. Seguem-se as atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas em 2011:

Quadro 7. Atividades da Unidade de Política Económica

UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA	2011		
	Planeado	Realizado	
		Planeado	Extra-plano
Reforçar o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objetivos do MFAP [01. QUAR 2011]			
Ind 1. Número de documentos técnicos sobre novas temáticas	15	9	10
1 Artigos, policy papers e outros estudos	7	4	
2 Caixas e destaques no BMEP e outros documentos de política económica	8	5	1
3 Outros	-		9
Ind 2. Nº de documentos técnicos de suporte ao acompanhamento regular das políticas e representação institucional do MFAP	370	334	123
4 Contributos para as GOP, OE e Conta Geral do Estado; elaboração do PEC	4	3	
5 Notas (Comércio Externo, Previsões das Instituições, Empréstimos e Estimativa Trimestral)	43	6	
6 Pareceres, notas de informação, preparação de discursos e intervenções públicas sobre economia portuguesa	6	11	
7 Contributos no âmbito de relatórios de outros organismos e instituições internacionais (artigo IV do FMI, questionários OCDE, agências rating)	11	3	
8 Pareceres, notas de informação para organismos nacionais e internacionais (BP, CE, FMI, BCE, agências rating, jornais)	15	13	
9 Contributos no âmbito do grupo de trabalho da Saúde (GTS)	3		
10 Conselho Económico e Social (GOP, OE, CGE)	3	1	
11 INE - Conselho Superior de Estatística: Secções Permanentes; GT Macroeconómicas do CSE; GT FUESEN; CT C.S. Saúde	8	2	
12 Outros (IDN, CSD)	5		
13 ECOFIN, Eurogrupo, Briefings Embaixadas, CEF, CEF Alternates, CPE e Conselho Europeu	57	68	
14 Grupos de Trabalho CEF e CPE:	31		
Envelhecimento da População (AWG)	7	7	
Sub-Comité do FMI e Questões Afins (SCIMF)	7	8	
EFC Ad Hoc WG on Crisis Management	3	6	
Aspectos macroeconómicos das Alterações Climáticas	3	1	
LIME - Lisbon Methodology WG	5	5	
Country-Review, Previsões Económicas e Output Gap	6	8	
15 Outros Grupos de Trabalho do Conselho e da Comissão:	54		
Comité Serviços Financeiros e Grupo Serviços Financeiros	48	90	
Market Infrastructures Member States WG	2	2	
Government Expert Group on Retail Financial Services (GEGFRS) e EFIR Expert Group	4	1	
16 OCDE:	12		
Grupo de Trabalho Nº1, Grupo de Trabalho de Previsões de Curto Prazo	7		
Reunião Ministerial, Comité Executivo Sessão Especial	3	2	
Comité dos Mercados Financeiros	2	2	
Outras reuniões	2		

UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA		2011		
		Planeado	Realizado	
			Planeado	Extra-plano
17	BEI: Conselho de Administração, Conselho de Governadores, Sub-Comité de Pensões e Remunerações, Acordos Princípio, Votos	34	41	
18	CEB: Conselho de Administração, Visitas de membros do Banco, Acordos Princípio, Votos	10	8	
19	Outras Reuniões	55		
	Reuniões internacionais (EUROMED, ASEM, OMC, etc)	6	7	
	Reuniões Nacionais (CIAE e Subcomissão CIAE para o Mercado Interno, etc)	49	28	
20	Política Europeia	19		
	Mercado Interno, Política Legislativa, Política externa	12	8	
	Estratégia Europa 2020, Euro e FMI	7	3	
	Outros documentos técnicos	-		123
Promover a partilha de informação e conhecimento [O2. QUAR 2011]				
Ind 3. Nº de respostas a pedidos de informação externos (excluindo equipa do MFAP)		952	943	15
21	Respostas a solicitações de outras entidades (excluindo a equipa política do MFAP)	698	688	
22	Periódicos			
	Boletim Mensal de Economia Portuguesa (BMEP)	12	12	
	Indicadores de Conjuntura (mensal)	12	12	
	Síntese diária dos indicadores de conjuntura	224	224	15
	Finanças Públicas – Portugal e Comparações Internacionais	4	7	
	Previsões para a Economia Portuguesa	2		
Ind 4. Nº de apresentações e eventos de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP		7	4	
23	Apresentações e eventos	7	4	
Responder a "Tempo e Horas" [O4. QUAR 2011]				
Ind 7. Percentagem de respostas e ações concluídas dentro do prazo		98%	99%	
Reforçar a formação dos colaboradores [O5. QUAR 2011]				
Ind 8. Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013 (meta anual)		7	7	8
Ind 8a. Ações de formação		15	4	3
24	Formação Eviews	1	1	
25	Programa SIMLEGIS - Oficinas, Cursos, Workshops e Colóquios	1	1	
26	Outros	13	2	3
Taxa de Execução do PA 2011 - UPE		96%		

Quadro 8. Atividades da Direção de Serviços de Cooperação e Instituições

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES		2011	
		Planeado	Realizado
			Planeado Extra-plano
Reforçar o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objectivos do MFAP [O1. QUAR 2011]			
Indicador 1. Nº de documentos técnicos sobre novas temáticas		3	3 1
1	Artigos, <i>policy papers</i> e outros estudos	3	3 1
Indicador 2. Nº de documentos técnicos elaborados de suporte ao acompanhamento regular das políticas e à representação institucional do MFAP		57	36 24
	Preparar e participar em reuniões e elaborar informações, pareceres, discursos e notas		
2	ACC com Cabo Verde e ACE com São Tomé e Príncipe	5	3
3	Grupo de Apoio ao Orçamento de Cabo Verde	2	2
4	Cimeiras bilaterais	2	1
5	Outros (Reunião MF CPLP, temática "Fiscalidade e Desenvolvimento"- UE e OCDE)	2	1
6	Preparação de reuniões BEI exterior da UE (FEMIP, FI ACP, NIF, TF Infraestruturas)	3	1
7	Preparação de reuniões Grupo BM; Grupo BID; Grupo BAsD; BERD; CAF; FIDA	8	8
8	Informações relativas a tomadas de posição nas multilaterais financeiras	32	17
9	Subscrição de aumentos de capital BERD e BID e reconstituição de recursos FAfD (RCM)	3	3
	Outros documentos técnicos		24
Promover a partilha de informação e conhecimento [O2. QUAR 2011]			
Indicador 3. Nº de respostas a pedidos de informação externos e edições de periódicos		274	272 4
	Divulgação externa de informação na área das relações internacionais		
10	<i>Newsletter</i> da área internacional do GPEARI	3	4
11	Pontos de situação sobre a cooperação bilateral	11	26
12	Pontos de situação sobre a cooperação no âmbito dos PICAT (Aduaneiro e IGF)	4	2
13	Monitorização e reporte da execução orçamental e da APD	4	1
14	Pontos de situação sobre multilaterais financeiras e mercado multilaterais	4	5
15	Acompanhamento das LC e empréstimos com os países em desenvolvimento	3	4
16	Acompanhamento da execução dos Acordos de Reestruturação da Dívida de MZ e STP	2	0 2
17	Eficiência e eficácia da ajuda	2	1
18	Pedidos de informação diversos (IPAD, DGATE, MEID, IFI, etc)	240	228
19	Contributo para os Dias do Desenvolvimento	1	1
	Outros pedidos de informação	0	0 2
Indicador 4. Nº de apresentações e eventos de promoção do debate de temas relevantes para o MFAP		6	6
20	Participação e divulgação do mercado das multilaterais financeiras nas áreas de capacitação da AICEP e Seminário Expo 2011 sobre recursos humanos internacionais	5	5
21	Encontro anual com os Admin. e outros represent. nacionais nas IFI e gestores PICATFin	1	1
Aumentar a eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e da participação financeira nas IFI [O3 QUAR 2011]			
Indicador 5. Grau de execução médio dos PICAT		[35%; 40%]	61%
	Execução das acções programadas nos PICAT		
22	PICATFin com Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique	[35%; 40%]	46%
23	PICAT III Aduaneiro-CPLP e PICAT IGF-CPLP	[35%; 40%]	100%
Indicador 6. Número de iniciativas bilaterais e multilaterais que promovam a cooperação com os países prioritários da cooperação portuguesa e um maior grau de internacionalização da economia nacional		32	17
	Iniciativas multilat. promotoras de maior grau de internacionaliz. da economia nacional	21	14 4
24	Colaboração na organização do Forum Empresarial no âmbito das RA do BAfD em Lisboa	1	1
25	<i>Business Opportunities Seminar</i> (BERD, BM, BAfD e BAsD)	4	4
26	Missão empresarial BID e BM (Washington DC)	1	1 4

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES		2011		
		Planeado	Realizado	
			Planeado	Extra-plano
27	Preparação e acompanhamento da 3ª e 4ª reuniões da Comissão de Acompanhamento do MAMMF: elaboração da documentação técnica de apoio às reuniões e <i>follow up</i> das recomendações emitidas	2	2	
28	Influenciar decisão do CA do MAMMF, de aumento do número de entidades parceiras	1	1	
29	Desenvolvimento e Implementação do Plano de Formação sobre o mercado das multilaterais	3	0	
30	Divulgação e acompanhamento das oportunidades de negócio geradas no mercado das multilaterais financeiras, principalmente, a partir dos meios de divulgação da AICEP	2	1	
31	Estudos de casos das empresas nacionais com mais sucesso no mercado das multilaterais	1	0	
32	Estudo das directrizes de <i>procurement</i> e preparação de <i>Factsheets</i>	1	0	
33	Preparação de fichas do mercado por multilaterais financeiras	2	1	
34	Seminário de oportunidades de negócio no âmbito do Fundo Fiduciário para as infraestruturas em África	1	1	
35	Reforço dos TF (BAfD, BERD)	2	2	
	Iniciativas multilat. promotoras cooperação com países prioritários da coop. portuguesa	4	2	
36	Colabor. na organização das RA BAfD e preparação da Presid. Portug. órgãos de decisão	1	1	
37	Adesão de Portugal à African Legal Support Facility	1	0	
38	Colocação de Conselheiro no Conselho de Administração do BASD	1	1	
39	Colocação de novo Administrador Suplente no Conselho de Administração do BM	1	0	
	Iniciativas bilaterais promotoras da cooperação com países prioritários da coop. portuguesa	7	1	12
40	Avaliação final do PICATFin Angola e Guiné Bissau	2	0	
41	Elaboração de novos PICATFin com Angola e Guiné Bissau	2	0	1
42	Revisão intercalar do PICATFin com Moçambique	1	0	
43	Colocação dos Gestores dos PICATFin da Guiné Bissau e Moçambique	2	1	
	Outras iniciativas	0	0	11
Responder a "Tempo e Horas" [O4. QUAR 2011]				
Indicador 7: % de respostas e acções concluídas dentro do prazo		99%	99%	
Reforçar a formação dos colaboradores [O5. QUAR 2011]				
Indicador 8: Nº de colaboradores abrangidos por acções de formação no período 2011-2013 (meta)		10	2	
Ind 8a. Acções de formação		7	1	2
44	Results based monitoring and evaluation system	1	0	
45	Integração das Alterações Climáticas na Cooperação para o Desenvolvimento	1	0	
46	Outros	5	1	2
Taxa de Execução do PA 2011 - DSCI		90%		

Quadro 9. Atividades da Direção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO	2011		
	Planeado	Realizado	
		Planeado	Extra-plano
Reforçar o apoio técnico à formulação de políticas, prioridades e objectivos do MFAP [O1. QUAR 2011]			
Ind 1. Nº de documentos técnicos sobre novas temáticas	2	2	1
1 Artigos, policy papers e outros estudos	2	2	1
Ind 2. Nº de documentos técnicos de suporte ao acompanhamento regular das políticas e representação institucional do MFAP	24	24	3
2 Contributos no âmbito do grupo de trabalho da Educação (GTE)	1	1	
3 Relatório final de avaliação do desempenho dos serviços do MFAP - 2010 e relatórios de monitorização do desempenho dos serviços do MFAP - QUAR 2011	3	3	
4 Contributos no âmbito do CCAS e do GT CCAS	4	4	1
5 Contributos diversos	16	16	2
Promover a partilha de informação e conhecimento [O2. QUAR 2011]			
Ind 3. Nº de respostas a pedidos de informação externos (excluindo a equipa da MFAP)	50	47	14
6 Pedidos de informação dos restantes ministérios no âmbito da avaliação dos serviços	10	10	14
7 CIG - reuniões do Conselho Consultivo e grupos de trabalho	4	4	
8 Outros	36	33	
Ind 4. Nº de apresentações e eventos de promoção do debate de temas relevantes no âmbito do MFAP	2	2	2
9 Apresentações realizadas pela DSCPG	2	2	2
Responder a "Tempo e Horas" [O4. QUAR 2011]			
Ind 7. Percentagem de respostas e ações concluídas dentro do prazo	98%	100%	
Reforçar a formação dos colaboradores [O5. QUAR 2011]			
Ind 8. Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013 (meta anual)	3	3	
Ind 8a. Ações de formação	6	2	3
10 Excel – Nível Avançado	1		
11 Inglês	1	1	
12 Programa Simplegis - oficinas, cursos e reuniões	1	1	
13 Outras	3		3
Taxa de Execução do PA 2011 - DSCPG		96%	

Quadro 10. Atividades da Direção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE RECURSOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2011		
	Planeado	Realizado	
		Planeado	Extra-plano
Melhorar o rigor da gestão orçamental e os sistemas de controlo interno			
Ind A. Nº de iniciativas a desenvolver	23	10	9
1 Conta de Gerência de 2010 - elaboração e envio ao Tribunal de Contas	1	1	
2 Mapa de Pessoal para 2012 - elaboração da proposta	1	1	
3 Orçamento do GPEARI para 2012 - elaboração da proposta	1	1	
4 Elaborar mapas mensais de consumos por unidade orgânica	11		
5 Elaborar relatórios trimestrais de reporte orçamental por unidade orgânica para reporte	3	3	9
6 Criar áreas de controlo dos custos associados aos sistemas de informação (Telefones fixos; telemóveis; placas de banda larga; impressão)	1	1	
7 Avaliar e rever o Manual de Procedimentos da DSRSI	2		
8 Avaliar o Manual de Procedimentos da DSCI, no que respeita às regras definidas para a despesa	2	2	
9 Pagamento dos abonos de ajudas de custo até um dia antes do início da respetiva deslocação, em pelo menos 80% dos casos	1	1	
Melhorar a gestão dos Recursos Humanos			
Ind B. Nº de iniciativas a desenvolver	6	1	
10 SIADAP 2 e 3 de 2010 e 2011: assegurar os prazos de implementação e plena aplicação do GeADAP	1		
11 Balanço Social de 2010 - reporte de dados à DGAEP e elaboração do relatório a incluir no Relatório de Auto-avaliação do GPEARI	1	1	
12 Plano de Formação Profissional 2011-2013 - implementação e elaboração dos relatórios de execução; reporte de dados à DGAEP	4		
Garantir adequados sistemas de comunicação			
Ind C. Nº de iniciativas a desenvolver	3	3	
13 Entrada em modo de produção das áreas de registo de atividades para as unidades orgânicas na intranet	1	1	
14 Adaptação do centro de documentos do GPEARI aos requisitos operacionais das normas de funcionamento dos sistemas de gestão documental	1	1	
15 Implementação de um novo sistema de gestão de ausências, baseado na aplicação Attendance Planner, incluindo a extensão da utilização aos colaboradores do GPEARI	1	1	
Potenciar a utilização dos recursos Web			
Ind D. Nº de iniciativas a desenvolver	2		
16 Rever a estrutura da Intranet do GPEARI, no âmbito do grupo de trabalho para a Internet/Intranet	1		
17 Colocar em produção o novo site do GPEARI	1	(a)	
Responder a "Tempo e Horas" [O4. QUAR 2011]			
Ind 7. Percentagem de respostas e ações concluídas dentro do prazo	96%	97%	
Reforçar a formação dos colaboradores [O5. QUAR 2011]			
Ind 8. Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013 (meta anual)	6	2	
Ind 8a. Ações de formação	18		2
18 Informática	4		
19 Práticas de Gestão de Recursos Humanos	3		1
20 Secretariado	6		1
21 Outros	5		
Taxa de Execução do PA 2011 - DSRSI		41%	

(a) Não foi possível colocar em modo de produção, devido à reestruturação do II.

II.7. RECURSOS HUMANOS

No final de 2011, o número de colaboradores efetivos no GPEARl ascendia a 45, apresentado uma ligeira subida face ao registado no final de 2010 e 2009 (44), conforme informação constante dos quadros do Balanço Social¹, apresentados no anexo A4. Pelo segundo ano consecutivo, o número de efetivos ficou aquém das reais necessidades do serviço, principalmente no que se refere a técnicos superiores.

Quadro 5. Recursos Humanos relativos a 2011

	Mapa de Pessoal para 2011		Em 31 de dezembro de 2011	
	Dirigentes	Não Dirigentes	Dirigentes	Não Dirigentes
Direção Superior	3	-	3	-
UPE	5	18	3	14
DSCI	3	10	1	9
DSPCG	1	2	1	2
DSRSI	1	12	0	11
Total	13	42	8	36

Do total de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2011 (55), 10 não foram preenchidos (18%), 5 em cargos dirigentes e 5 na carreira técnica superior. No final de 2011, apesar da existência de menos 3 chefias intermédias face a 2010 (de 8 para 5), o número total de recursos humanos aumentou devido essencialmente ao regresso não previsto de 2 técnicos superiores. (Quadros 5 e 6 do anexo A4).

O quadro de pessoal do GPEARl, em 2011, era caracterizado por:

- Média etária relativamente baixa: a média etária situou-se nos 40 anos, abaixo do registado em 2010 e 2009, sendo que a classe etária predominante correspondeu aos 40-44 anos de idade.
- Elevada taxa de habilitação superior: 82% dos trabalhadores do GPEARl possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), consideravelmente superior à média da Administração Central (cuja valor para 2011 era 56%, segundo o Boletim do Observatório do Emprego Público de dezembro de 2011).

¹ Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, o GPEARl não tem a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social, uma vez que o número de trabalhadores é inferior a 50. No entanto, são apresentados em anexo alguns indicadores e quadros do Balanço Social.

- **Absentismo reduzido:** em 2011, a taxa de absentismo (excluindo ausências por motivo de férias) situou-se nos 6,1%, verificando-se uma subida face ao observado em 2010 (5,3%). Este aumento ficou a dever-se essencialmente às licenças de maternidade e paternidade (2 técnicas superiores e 2 técnicos superiores), a ausências devido a internamento hospitalar (4 técnicos/as superiores e 1 técnica de informática), a licenças de casamento (2 técnicos/as superiores e 1 assistente técnico) e a uma licença sem vencimento (1 técnica superior).
- **Encargos com pessoal:** os encargos com pessoal ascenderam a 1,29 milhões de euros (M €).
- **Formação:** em 2011 realizaram-se 13 ações de formação cujas despesas associadas (custos com inscrição mais despesas com deslocações e estadas) ascenderam a 9 927 euros. Destas ações de formação, 11 foram externas, maioritariamente de duração inferior a 30 horas, nas quais participaram 10 colaboradores. A remanescente foi de cariz interno na qual participaram 16 colaboradores, num total de cerca de 125 horas e tendo a despesa associada ascendido a 5 979 euros.
- **Avaliação:** o processo de aplicação do SIADAP 2 e 3 não foi concluído até à data, em virtude das alterações, verificadas em Fevereiro, a nível da direção superior do GPEARL.

II.8. RECURSOS FINANCEIROS

Quadro 6. Recursos Financeiros relativos a 2011
(em euros)

	Estimado	Dotação Corrigida	Realizado	Desvio
Orçamento de Funcionamento - Geral	1.727.645	1.632.364	1.345.808	286.521
Orçamento de Funcionamento - Cooperação	1.923.704	2.230.433	1.234.597	995.836
Orçamento de Despesas Excepcionais - Cap.º 60	2.600.000	2.050.000	1.079.444	970.556
Orçamento de PIDDAC	44.510	38.946	0	38.946
Total	6.295.859	5.951.743	3.659.850	2.291.859

O orçamento global aprovado para o ano 2011 ascendeu a M€ 6,296, o qual foi objeto de “cativações” na ordem dos 5%, em cumprimento das disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado, pelo que o orçamento disponível se fixou nos M€ 5,95.

Do orçamento disponível, destaca-se a parcela afeta à cooperação económica externa no montante de M€ 4,28, repartida entre o Orçamento de Despesas de Cooperação e o Orçamento de Despesas Excepcionais do Capítulo 60. O total de pagamentos dos orçamentos afetos à cooperação económica externa, repartida entre o Orçamento de Despesas de Cooperação e o Orçamento de Despesas Excepcionais do Capítulo 60, ascendeu a M€ 2,314, pelo que a execução do orçamento de cooperação se fixou nos 54%. Cerca de M€ 0,87 do Orçamento de Despesas de Cooperação foram aplicados no pagamento de *despesas com o pessoal* – nomeadamente vencimentos, ajudas de custo e suplementos remuneratórios decorrentes das ações de cooperação e assistência técnica, bem como remunerações devidas aos agentes de cooperação deslocados no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) – e M€ 0,35 destinaram-se as despesas com *deslocações e estadas*. O restante suportou a aquisição de serviços e equipamento informático. Do Orçamento de Despesas Excepcionais do Capítulo 60 foram feitas *transferências* para países terceiros beneficiários da ajuda pública ao desenvolvimento e para as instituições financeiras internacionais, correntes e de capital, num montante total de M€ 1,079.

Relativamente ao orçamento de funcionamento, o executado ascendeu a M€ 1,345, salientando-se o peso das *despesas com o pessoal* sobre o total de pagamentos – 86,1%. Dos restantes pagamentos, 4,5% respeitam a *deslocações e estadas*, 2,8% reportam-se ao pagamento dos estágios profissionais no âmbito do PEPAC e 6,5% a *despesas residuais* com a aquisição de bens e serviços e bens de capital. O saldo orçamental, em 31 de dezembro, é de 286 mil euros (m€).

O orçamento inicial de PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) foi de m€ 44,5 mas não teve execução.

II.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO

Os objetivos de eficácia e eficiência foram superados. O objetivo de qualidade foi atingido, verificando-se um nível médio de satisfação dos utilizadores externos ligeiramente acima do de 2010.

O aumento contínuo do volume de solicitações, com prazos de resposta normalmente estreitos, colocou mais uma vez grande pressão sobre os recursos humanos, os quais têm permanecido mais ou menos estáveis, em número, ao longo dos últimos anos.

Considera-se que, em termos gerais, o desempenho do Gabinete foi bastante positivo, pelo que, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a **menção proposta como resultado da autoavaliação do desempenho do GPEARI em 2011 é de *Desempenho Bom*.**

III. ANÁLISE DA PERSPETIVA DE GÉNERO NO GPEARI

Plano para a Igualdade

O Relatório de Execução do Plano para a Igualdade, Cidadania e Género 2010-2012 do GPEARI foi apresentado a 29 de novembro de 2011, com o propósito de aferir os progressos realizados na política de promoção da igualdade de género no serviço, averiguando-se a implementação das ações do referido plano no ano de 2011.

Das 11 medidas ou ações planeadas, *grande parte já tinha sido concluída até dezembro de 2010 (ações 1, 3 a 6 e 10), sendo que até novembro de 2011 se concluiu mais 2 ações (ações 8 e 9). Outras 2 ações permanecem por concluir (ações 2 e 7). De seguida, apresentam-se as ações concluídas assim como as não concretizadas.*

Medidas concluídas:

- Ação 1. Incorporar nos planos e relatórios de atividades uma secção com análise da perspetiva de género no GPEARI;
- Ação 3. Elaborar (e disponibilizar na intranet do GPEARI) um glossário para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens;
- Ação 4. Elaborar (e disponibilizar) um código de conduta que garanta o respeito pela dignidade das mulheres e dos homens no local de trabalho;
- Ação 5. Implementar medidas e ações no âmbito da igualdade entre mulheres e homens, designadamente ações de formação – em 2010 e 2011;
- Ação 6. Elaborar o Plano para a Igualdade do MF;
- Ação 8. Criar um espaço na intranet do GPEARI para sugestões e dúvidas relacionadas com a igualdade entre homens e mulheres, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a protecção da maternidade e paternidade;

- Ação 9. Elaborar (e disponibilizar) um boletim informativo sobre os direitos e deveres dos trabalhadores/as, incluindo assuntos de igualdade e não discriminação em função do sexo, maternidade e paternidade;
- Ação 10. Incluir, no inquérito de satisfação dos colaboradores, uma questão sobre a igualdade entre homens e mulheres, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a proteção da maternidade e paternidade.

Medidas não concluídas:

- Ação 2. Elaborar o plano estratégico do GPEARI, com inclusão de objetivos explícitos e mensuráveis relacionados com igualdade de género;
- Ação 7. Elaborar (e divulgar na intranet) o plano de formação do GPEARI, tendo presente o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens.

As ações 2 e 7 não se concretizaram devido à necessidade de resolução de situações não esperadas que se revelaram prioritárias.

A ação 11 propõe-se implementar medidas adicionais para suprir as insuficiências detetadas no auto diagnóstico até dezembro de 2012. Neste sentido, considerando que existiram factores que impossibilitaram a concretização das medidas não concluídas, o atual Plano foi revisto.

Em 2011 e de acordo com os indicadores apresentados no anexo A4 com dados do Balanço Social do GPEARI, verificou-se uma evolução favorável em alguns aspetos da perspectiva de género, nomeadamente:

- A taxa de feminização passou de 66% em 2010, para 62% em 2011, apresentando portanto uma evolução positiva;
- Registou-se um aumento do gozo da licença de paternidade.

IV. CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Na sequência do que vem sido referido em relatórios anteriores, o grau de exigência que tem vindo a ser colocada ao GPEARl tem vindo a aumentar. O ano de 2011 foi sem dúvida o ano de maior exigência desde a existência do GPEARl. Num quadro de escassez de recursos humanos, o aumento de tarefas não planeadas que foram surgindo ao longo do ano colocaram o GPEARl numa situação que, no actual quadro de recursos humanos, merece ser repensado dado que os desafios que se colocam são cada vez mais exigentes.

Apesar de todos os constrangimentos e surpresas vividas no ano de 2011, foi possível, graças ao empenhamento ímpar dos colaboradores do GPEARl dar resposta atempada e de qualidade aos desafios colocados.

O ano de 2012, embora se espere mais programático que o antecedente, continua a ser um ano de grande exigência, quer pelos desafios que ainda se colocam a Portugal para ultrapassar a crise em que se encontra, quer pelo facto de se assistir a um aumento continuado de solicitações dirigidas ao GPEARl.

Assim, a preocupação referida nesta mesma secção do Relatório de Atividades de 2010 mantém-se válida, sendo neste momento premente dotar o GPEARl de recursos humanos e técnicos capazes de garantir a qualidade dos serviços prestados e da informação produzida, num ano que se prevê particularmente exigente, e acelerar o reforço da requalificação dos recursos existentes através da frequência de ações e de cursos de formação.

ANEXOS

A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AICEP Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ANCP	Agência Nacional de Compras Públicas
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAsD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CAF	Corporação Andina de Fomento
CC	Conselho Coordenador
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DFP	Divisão de Finanças Públicas
DGAC	Direção-Geral dos Assuntos Comunitários
DGCI	Direção-Geral dos Impostos
DGAL	Direção-Geral da Administração Local
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DG ECFIN	Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DMP	Divisão de Modelização e Previsão
DMS	Divisão de Mercados e Serviços
DPE	Divisão de Políticas Europeias
DRB	Divisão de Relações Bilaterais
DRM	Divisão de Relações Multilaterais
DSCI	Direção de Serviços de Cooperação e Instituições
DSPCG	Direção de Serviços de Planeamento e Controlo da Gestão
DSRSI	Direção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EIPA	European Institute of Public Administration
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FEMIP	Facilidade Euro-Mediterrânica para o Investimento e Parcerias
FMI	Fundo Monetário Internacional

FSE	Fundo Social Europeu
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GERFIP	Gestão Partilhada de Recursos Financeiros da Administração Pública
GMEF	Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças
GOP	Grandes Opções do Plano
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GSEAF	Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
GSEAP	Gabinete do Secretário de Estado e da Administração Pública
GSEAO	Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
GSETF	Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
IIE	Iniciativa para o Investimento e o Emprego
IIMFAP	Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPSS	Instituições Particulares Sem fim Lucrativo
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LIME	<i>Lisbon Methodology</i>
MEID	Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PEMFAP	Plano Estratégico para o Ministério das Finanças e da Administração Pública
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PICATFin	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PTH	Pagar a Tempo e Horas
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
ROPO	Relatório de Orientação da Política Orçamental
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TAIEX	Technical Assistance and Information Exchange
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UMC	Unidade Ministerial de Compras
UPE	Unidade de Política Económica
VPN	<i>Virtual Private Network</i>

A2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		Não existe departamento de auditoria interna. Código de conduta do GPEARI, março 2010
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?		X		
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			100%. Em 2010: 61% Em 2011: 43%.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Na DSCI.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Por manifesta carência de pessoal.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?		X		Estão definidas mas não formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Processos contabilísticos.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Embora não formalmente.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Existência de passwords e de certificados de segurança.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

A3. QUADROS DO BALANÇO SOCIAL

QUADRO 1.		Indicadores do Balanço Social										
Indicador	Unidade	Descrição	2008	2009			2010			2011		
				M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	42	42	41	41	41	40	41	37	41	40
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	20	15	16	16	13	10	11	12	14	13
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	66	-	-	70	-	-	66	-	-	62
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	49	46	65	59	47	62	57	65	64	64
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	27	31	19	23	27	24	25	12	21	18
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	80	77	84	82	73	86	82	76	86	82
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de recursos humanos	n.d.	17	14	15	15	12	13	12	15	14
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	15	8	10	9	33	21	25	47	39	42
Índice de saída	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	24	23	6	11	7	24	18	29	43	38
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	4	0	8	6	2	7	5	3	6	5
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	9	5	9	9	5	6	9	4	6	9

Nota: * Excluindo férias.

QUADRO 2.		Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género							ANO: 2011
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	CT em funções públicas por tempo indeterminado		Comissão de serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código de Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)			1	2			1	2	3
Dirigente intermédio a)			1	4			1	4	5
Técnico superior	10	18			1		11	18	29
Assistente técnico	1	2					1	2	3
Assistente operacional	1						1	0	1
Informático	2	2					2	2	4
Total	14	22	2	6	1	0	17	28	45

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 3.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género																		ANO: 2011
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)					1	1	1												1 2 3
Dirigente intermédio a)							1	4											1 4 5
Técnico superior	1	2	5	5	3	3		5		1		1		1	2				11 18 29
Assistente técnico									1					1		1			1 2 3
Assistente operacional							1												1 0 1
Informático					1						1	1		1					2 2 4
Total	1	2	5	5	4	4	3	10	1	1	1	2	0	3	2	1	0	0	17 28 45

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 4.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo nível de antiguidade e género																		ANO: 2011
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	até 5 anos		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40 ou mais		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)		1			1	1													1 2 3
Dirigente intermédio a)					1			4											1 4 5
Técnico superior	4	9	3	1	1	2	1	3		2					2	1			11 18 29
Assistente técnico											1					2			1 2 3
Assistente operacional					1														1 0 1
Informático							1				1	1	1						2 2 4
Total	4	10	3	1	4	3	2	7	0	2	1	1	1	1	2	3	0	0	17 28 45

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 5.		Contagem dos trabalhadores admitidos ou regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação																ANO: 2011
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Procedi- mento concursal		Cedência de interesse público		Mobilidade interna a órgãos ou serviços		Regresso de licença		Comissão de serviço		CEAGP		Outras situações		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente superior a)															0	0	0	
Dirigente intermédio a)									1	1					1	1	2	
Técnico superior		1			4	2		1					3	6	7	10	17	
Assistente técnico															0	0	0	
Assistente operacional															0	0	0	
Informático															0	0	0	
Total	0	1	0	0	4	2	0	1	1	1	0	0	3	6	8	11	19	

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 6.	Contagem das saídas dos trabalhadores contratados e nomeados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género						ANO: 2011
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Reforma/ aposentação		Outros		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)					1	0	1
Dirigente intermédio a)			3	2	3	2	5
Técnico superior	1		1	10	1	10	11
Assistente técnico					0	0	0
Assistente operacional					0	0	0
Informático					0	0	0
Total	1	0	4	12	5	12	17

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 7.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género, segundo a modalidade de horário de trabalho e género										ANO: 2011
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Rígido		Flexível		Jornada contínua		Isenção de horário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)							1	2	1	2	3
Dirigente intermédio a)							1	4	1	4	5
Técnico superior	11	18							11	18	29
Assistente técnico	1	2							1	2	3
Assistente operacional	1								1	0	1
Informático	2	2							2	2	4
Total	15	22	0	0	0	0	2	6	17	28	45

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 8.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género				ANO: 2011
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Tempo Completo (35 horas)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	
Dirigente superior a)	1	2	1	2	3
Dirigente intermédio a)	1	4	1	4	5
Técnico superior	11	18	11	18	29
Assistente técnico	1	2	1	2	3
Assistente operacional	1		1	0	1
Informático	2	2	2	2	4
Total	17	28	17	28	45

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

A4. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2011 (EM EUROS)

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO - Geral					Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Pagamentos Líquidos	Saldos
010000				Despesas com o pessoal	1.398.330	1.394.677	1.159.034	235.608
010100				Remunerações certas e permanentes	1.169.652	1.154.299	975.337	178.928
010103				Pessoal dos quadros - Regime de função pública	789.013	769.409	638.718	130.691
010103	A0	09		Pessoal dos quadros - Regime de função pública - anos anteriores	0	206	0	206
010109				Pessoal em qualquer outra situação	173.242	173.242	173.106	136
010111				Representação	31943	32.104	27.380	4.724
010112				Suplementos e prémios	2.309	3.709	2.597	1.112
010113				Subsídio de refeição	34.410	36.860	31.589	5.271
010114				Subsídios de férias e de Natal	138.735	138.735	101.946	36.789
010114	A0	09		Subsídios de férias e de Natal - anos anteriores	0	34	0	34
010200				Abonos variáveis ou eventuais	60.620	62.475	31.546	30.929
010202				Horas extraordinárias	990	990	0	990
010204				Ajudas de custo	49.194	47.444	19.382	28.062
010208				Subsídio de alojamento	10.436	10.436	9.393	1.043
010212				Indemnizações por cessação de funções	0	3.605	2.771	834
010300				Segurança social	168.058	177.903	152.152	25.751
010301	A0			Contribuição da entidade patronal para a ADSE	27.238	27.238	17.743	9.495
010303				Subsídio familiar a crianças e jovens	4.084	4.084	1.856	2.228
010305	A0	A0		Caixa Geral de Aposentações	92.722	10.670	10.157	9.095
010305	A0	B0		Segurança Social	44.014	32.014	27.081	4.933
010310	P0			Outras despesas de Segurança Social - parentalidade	0	3.897	3.896	1
020000				Aquisição de bens e serviços	261.063	199.957	149.244	50.713
020100				Aquisição de bens	16.910	13.764	7.817	5.947
020102				Combustíveis e lubrificantes	3.000	2.400	2.277	123
020104				Limpeza e higiene	2.910	2.910	610	2.300
020108				Material de escritório	4.000	3.200	3.162	38
020108	A0	09		Material de escritório - anos anteriores	0	254	250	4
020118				Livros e documentação técnica	2.000	1.000	0	1.000
020121				Outros bens	5.000	4.000	1.519	2.481
020200				Aquisição de serviços	244.153	186.193	141.426	44.767
020203				Conservação de bens	1.500	4.471	3.730	741
020203	A0	09		Conservação de bens - anos anteriores	0	879	879	0
020205	B0			Locação de material de informática - Software Inf.	24.200	8.460	0	8.460
020205	C0			Locação de material de informática - outros	12.000	12.000	10.879	1.121
020209	A0			Acessos à internet	2.600	7.840	6.854	986
020209	C0			Comunicações fixas de voz	6.000	5.400	5.172	228
020209	D0			Comunicações móveis	15.500	7.950	3.237	4.713
020209	F0			Outros serviços de comunicações	1.000	900	476	424
020210				Transportes	2.000	2.000	1.245	755
020211				Representação dos serviços	10.000	4.500	1.169	3.331
020212	A0			Seguros - Estágios profissionais na AP	1015	1015	65	950
020212	B0			Seguros - Outros	3.985	485	378	107
020213				Deslocações e estadas	90.000	73.800	61.172	12.628
020214	B0			Estudos e pareceres - outros	500	200	0	200
020215	B0			Formação - outras	17.033	17.033	8.292	8.741
020220	B0			Outros trabalhos especializados - Pagamento à GeRAP	50.820	35.574	35.547	27
020220	C0			Outros trabalhos especializados - outros	1.000	700	0	700
020225				Outros serviços	5.000	2.500	1.846	654
020225	A0	09		Outros serviços - anos anteriores	0	486	486	0
040800				Transferências correntes - Famílias	22.377	37.730	37.530	200
040802	A0			Estágios profissionais	22.377	37.730	37.530	200
060000				Outras despesas correntes	45.875	0	0	0
060203	R0			Reserva	45.875	0	0	0
TOTAIS					1.727.645	1.632.364	1.345.808	286.521

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO - Cooperação

			Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Pagamentos Líquidos	Saldos
010000		Despesas com o pessoal	1.449.818	1.451.908	865.575	586.333
010100		Remunerações certas e permanentes	1.001.354	1.001.354	684.700	316.654
010103		Pessoal dos quadros - Regime de função pública	456.598	443.227	285.820	17.407
010108		Pessoal aguardando aposentação	0	2.771	2.771	0
010109		Pessoal em qualquer outra situação	181039	181039	163.168	17.871
010111		Representação	0	11221	11219	2
010111	A0 09	Representação - anos anteriores	7.568	6.947	6.947	0
010112		Suplementos e prémios	262.800	262.800	155.968	106.832
010113		Subsídio de refeição	12.005	12.005	10.035	1971
010114		Subsídios de férias e de Natal	81344	81344	48.773	32.571
010200		Abonos variáveis ou eventuais	336.067	323.658	99.845	223.813
010204		Ajudas de custo	310.867	295.648	89.477	206.171
010204	09	Ajudas de custo - anos anteriores	0	105	104	1
010208		Subsídio de alojamento	25.200	25.200	7.560	17.640
010212		Indemnizações por cessação de funções	0	2.705	2.704	1
010300		Segurança social	112.397	126.896	81.030	45.866
010301	A0	Contribuição da entidade patronal para a ADSE	18.661	18.661	8.135	10.526
010303		Subsídio familiar a crianças e jovens	135	135	0	135
010305	A0 A0	Caixa Geral de Aposentações	97.704	74.920	44.563	30.357
010305	A0 B0	Segurança Social	14.167	18.681	17.035	1646
010309		Seguros	0	11885	8.684	3.201
010310		Outras despesas de Segurança Social - parentalidade	0	2.614	2.613	1
020000		Aquisição de bens e serviços	423.080	778.525	369.022	409.503
020100		Aquisição de bens	3.750	2.002	600	1.402
020102		Combustíveis e lubrificantes	750	600	532	68
020108		Material de escritório	0	150	68	82
020118		Livros e documentação técnica	3.000	1252	0	1252
020200		Aquisição de serviços	419.330	776.523	368.422	408.101
020203		Conservação de bens	0	350	270	80
020205	C0	Locação de material de informática - outros	3.000	3.000	0	3.000
020209	A0	Acessos à internet	1200	1080	457	623
020209	C0	Comunicações fixas de voz	2.000	1800	124	1676
020209	D0	Comunicações móveis	4.000	3.600	883	2.717
020209	F0	Outros serviços de comunicações	0	1248	1248	0
020210		Transportes	11980	4.600	0	4.600
020211		Representação dos serviços	1000	1000	553	447
020212	B0	Seguros - Outros	7.500	8.115	7.213	902
020213		Deslocações e estadas	0	723.812	339.148	384.664
020213	A0 09	Deslocações e estadas - anos anteriores	388.650	20.538	1144	9.394
020214	B0	Outro material - peças	0	7.380	7.380	0
060000		Outras despesas correntes	50.806	0	0	0
060203	R0	Reserva	50.806	0	0	0
TOTAIS			1.923.704	2.230.433	1.234.597	995.836

ORÇAMENTO DE DESPESAS EXCEPCIONAIS - CAP.º 60

		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Pagamentos Líquidos	Saldo
040900	Transferências correntes - Resto do mundo	2.441.940	1.891.940	1.069.706	822.234
040903	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais	2.441.940	1.891.940	1.069.706	822.234
050000	Subsídios	43.060	43.060	6.150	36.910
050803	Famílias - Outras	43.060	43.060	6.150	36.910
080000	Transferência de capital	115.000	115.000	3.588	111.412
080903	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais	115.000	115.000	3.588	111.412
TOTAIS		2.600.000	2.050.000	1.079.444	970.556

ORÇAMENTO DE PIDDA C

		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Pagamentos Líquidos	Saldo
070100	Despesas de capital	44.510	38.946	0	38.946
070107	A0 B0 Hardware	13.510	13.321	0	13.321
070109	A0 B0 Equipamento administrativo	30.000	13.750	0	13.750
070110	A0 B0 Equipamento básico	1.000	875	0	875
TOTAIS		44.510	38.946	0	38.946